

Razões históricas e de longa duração para os desequilíbrios no Rio Grande do Sul (1800-1930): uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North

Marcelo Arend*

Silvio Antonio Ferraz Cário**

Resumo: O Rio Grande do Sul apresentou ao longo do século XX uma trajetória de desenvolvimento capitalista particular, em comparação a outros Estados do país. Entretanto, sua lógica interna de desenvolvimento regional deu-se com a ampliação de desigualdades econômicas, proporcionando ao Estado a consolidação de duas regiões, uma industrializada – Metade Norte - e outra não - Metade Sul. Acredita-se que a evolução das desigualdades regionais tem raízes históricas, e sobretudo institucionais, podendo ser mais bem compreendida pela Teoria Institucionalista de Douglass North.

Abstract: The Rio Grande do Sul presented along the century XX a path of private capitalist development, in comparison with other States of the country. However, your internal logic of regional development felt with the amplification of economical inequalities, providing to the State the consolidation of two areas, an industrialized - North Half - and other not - South Half. It is believed that the evolution of the regional inequalities has roots historical, and above all institutional, could be better understood by Douglass North Theory Institutional.

Introdução

O Rio Grande do Sul, ao longo do século XX, desenvolveu uma estrutura industrial com certas particularidades, se analisado a evolução deste lado-a-lado com o desenvolvimento industrial do Brasil e de outras regiões da nação. O destaque é dado à formação da indústria sul-rio-grandense, caracterizado pela sua peculiaridade de acumulação em relação ao resto do Brasil, dadas às dificuldades de intercâmbio com outras regiões, e a construção de gêneros industriais tradicionais característicos ao Estado. Também, a inserção da indústria gaúcha no ambiente concorrencial (especialmente pós-1955) evidencia que muitas características perpetuaram na matriz industrial regional, apesar do atrelamento ao padrão de acumulação nacional, corroborando um certo enraizamento (*embeddedness*) industrial regional específico ao RS.¹

* Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis/Santa Catarina

** Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis/Santa Catarina

¹ A distribuição industrial no Estado encontra-se por pólos regionais, resultado do processo de colonização que se intensificou no século 19. Como exemplo da distribuição da indústria regional, no Vale do Sinos predominou a indústria de couro e calçados, desenvolvida com a imigração alemã. Em Rio Grande e Pelotas, com influência portuguesa e espanhola, o setor de alimentação se destacou em frigoríficos e indústrias de conservas. A colonização italiana, que se instalou na Serra, trouxe indústrias de alimentação, principalmente produtoras de vinhos, além da produção metal-mecânica. Com a agricultura como base no processo de acumulação, a economia ganhou a contribuição dos imigrantes e desenvolveu-se de forma variada.

Além disso, esta trajetória de desenvolvimento industrial particular ao RS foi determinada fundamentalmente por dois arranjos sócio-econômicos, que ao instituírem-se de maneira distinta, possuíram ao longo do tempo desempenhos particulares, determinados fundamentalmente da forma como cada qual industrializou-se e inseriu-se na dinâmica capitalista. Todavia, o desenvolvimento de diferentes trajetórias particulares internas redundou em desequilíbrios econômicos ao Estado sul-rio-grandense.

Ao que parece, inverteram-se os papéis quanto à hegemonia e dinâmica econômica regional. Ao longo do século XX constatou-se uma constante perda de dinamismo da Metade Sul *vis-à-vis* o sucesso ascensional da Serra e do Planalto (Metade Norte).² Dessa forma, pode-se argumentar que essa característica – a dinâmica evolutiva do desequilíbrio regional gaúcho, que se confunde com o próprio processo de desenvolvimento industrial sul-rio-grandense – é um caso específico deste Estado.

Assim sendo, determinado local, antes dinâmico e dominante, pode com o passar do tempo estagnar e ceder espaço a outro que surge ao seu lado. De outra forma, pode ao longo dos tempos um Estado apresentar tal processo de desenvolvimento – uma alteração que faz com que determinadas “regiões” econômicas mudem de posição, em relação à hegemonia e dinâmica. Quais as origens e determinantes que concorreram para isso ocorrer? Acredita-se que se faz necessário olhar o passado do Rio Grande do Sul para depois ir “de volta para o futuro” para compreendê-lo. Ou seja, o objetivo do estudo é identificar **elementos originários** (históricos) que contribuíram para a evolução do desequilíbrio regional.

Na busca por essas informações históricas, atesta-se para que os importantes *insights* gerados pela teoria institucionalista não foram ainda explorados pelos economistas e historiadores econômicos sul-rio-grandenses. Busca-se introduzir esse enfoque na análise regional, identificando, a partir de fatores de larga duração, a assimetria de dinamismo

² Adotar-se-á a regionalização elaborada por Fonseca (1983). Segundo o autor, “pode-se dividir o Estado entre ‘norte’ e ‘sul’ [ou Campanha], dadas às diferenças significativas entre ambos. Entretanto, o ‘norte’ pode ser subdividido em duas zonas: a Serra e o Planalto”. Nessa regionalização encontramos as distintas regiões, com suas atividades econômicas características desde o século XIX. Como se adotará um referencial teórico evolucionista, que leva em conta os aspectos históricos, mostrando-se capaz de ser aplicado às diferenças regionais de desempenho econômico, a regionalização de Pedro C. D. Fonseca faz-se apropriada como método de abordagem para os desequilíbrios intrínsecos da economia gaúcha. Uma divisão semelhante é adotada por Alonso e Bandeira (1994), onde os autores definem Região Norte, Região Nordeste e Região Sul. Esta divisão regional é aplicada a uma análise de longa duração, o que também vêm ao encontro dos problemas do presente estudo. Quando nos referirmos a “Metade Norte”, entende-se a soma de participação regional da Serra e do Planalto (Fonseca, 1983), ou a soma da Região Norte e da Região Nordeste (Alonso e Bandeira, 1994). Por “Metade Sul” nos referimos a Região Sul (Alonso e Bandeira, 1994) ou Campanha Fonseca (1983). Em outros momentos, as duas metades também serão caracterizadas como subsistemas (colonial-imigrante, pecuária, campanha gaúcha), representando apenas sinônimos para as regionalizações acima, o que ficará mais claro no decorrer do estudo.

econômico dos dois subsistemas regionais. Neste breve ensaio, considera-se que a Teoria Institucionalista de Douglass North (evolucionista), por levar em consideração os aspectos históricos, as instituições específicas de cada região e a dinâmica econômica, pode contribuir para o melhor entendimento da dinâmica do desequilíbrio econômico, inerente à economia gaúcha. Assim, entende-se que as instituições (leis, cultura, ideologia, hábitos e regras de conduta e o Estado) e dinâmica capitalista (ambiente concorrencial e tecnologia) podem determinar **trajetórias particulares de crescimento econômico**, ou seja, podem originar *path dependencies*.³

Para tanto, o artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, analisa-se a matriz institucional do Rio Grande do Sul, na sua formação econômica. Dá-se atenção principal à definição dos direitos de propriedade no Estado sul-rio-grandense, fator que originou os dois subsistemas econômicos históricos regionais. Posteriormente, analisa-se a “mudança institucional” no Rio Grande do Sul, ocorrida no período da República Velha. No período constata-se que a mudança institucional, manifesta posteriormente em transformação econômica, apoiou-se fundamentalmente em uma mudança ideológica. A capacidade dos dois subsistemas regionais de adaptarem-se ao novo sistema de idéias e reduzirem os custos de transação presentes em seus complexos, foi extremamente determinada pela definição dos direitos de propriedade ocorrida no período anterior, o que influenciaria a trajetória secular das duas regiões. Por fim, apresentam-se breves considerações e as principais conclusões sobre a evolução do hiato regional no século XX.

Instituições e a definição dos direitos de propriedade na formação econômica do RS

³ Ao receber o Premio Nobel de Economia, em 1993, Douglass North iniciou sua palestra afirmando que a “história econômica” aborda sobre o desempenho das economias no transcurso dos anos. O objetivo das investigações neste campo não somente é fazer que o passado econômico seja mais claro, mas também contribuir para teoria econômica ao proporcionar um marco analítico que nos permita entender a mudança econômica. Uma teoria da dinâmica econômica comparável à precisão da teoria geral do equilíbrio seria a ferramenta de análise ideal. Não existindo tal teoria, pode-se descrever as características de economias passadas, examinar o desempenho da economia em diferentes momentos e levar a cabo análises de estática comparada, mas faltaria um entendimento analítico da maneira em que evoluem as economias. Uma **teoria da dinâmica econômica** é, assim, fundamental para o campo do desenvolvimento econômico. Para North não é segredo o porque este campo não tem logrado desenvolver-se durante as cinco décadas que seguiram o fim da Segunda Guerra Mundial. A teoria neoclássica é essencialmente uma ferramenta inadequada para analisar e prescrever políticas que induzam ao desenvolvimento. Preocupa-se com a operação dos mercados, mas não de como estes se desenvolvem. Como pode prescrever políticas sem entender a maneira em que se desenvolvem as economias? Os neoclássicos ao construir uma teoria com precisão matemática e elegância, modelaram um mundo sem fricções e de forma estática. Em análises do desempenho econômico ao longo dos anos, essa teoria incluiu dois supostos errôneos: i) que as instituições não tem importância, e ii) que o tempo não importa (North, 1993).

Douglass North expõe em sua obra um marco analítico para explicar como as instituições e as mudanças institucionais afetam a economia. Segundo o autor, as instituições existem devido à incerteza que resulta da interação humana. North, a partir das idéias de Coase (1937), parte da premissa que o mercado acarreta custos na economia, e que a diminuição de tais custos decorre da existência de instituições. Assim, instituições reduzem incertezas porque proporcionam uma estrutura à vida diária⁴, constituindo um guia para a interação humana, e incluem todo tipo de limitação que os humanos criam para dar forma à interação humana. Por isso, atenção central é dada ao problema da colaboração humana.⁵

A tese de North (1993, p. 3) é que as instituições formam a estrutura de incentivos dos indivíduos que interagem na sociedade e que, por conseguinte, as instituições políticas e econômicas são os determinantes fundamentais do desempenho econômico em longo prazo. As eleições que fazem os indivíduos dependem de suas crenças e essas são uma consequência do aprendizado cumulativo que se transmite culturalmente de geração a geração. O tempo é a dimensão em que o processo de aprendizagem dos seres humanos modela a evolução das instituições.⁶

Segundo Douglass North, o conceito-chave para entendermos a prosperidade é o de instituições eficientes. Todavia, um arranjo institucional de sucesso consecutivamente estará fundamentado em um sistema de direitos de propriedade bem definido. Para o autor, as instituições são essencialmente sistemas de incentivos em qualquer tipo de troca, e é justamente como sistemas de incentivos que as instituições se relacionam com os direitos de propriedade. Quanto mais bem definidos e mais garantidos forem os direitos de propriedade,

⁴ Exemplos desta estrutura de vida são apresentados por North: quando desejamos cumprimentar amigos, dirigir um automóvel, comprar laranjas, pedir dinheiro emprestado, estabelecer um negócio, enterrar nossos mortos, ou qualquer outra coisa, sabemos como fazer essas atividades. No entanto, observamos que as instituições diferem quando realizamos estas operações em locais diferentes (North, 1995, p.14).

⁵ É nesse sentido que Douglass North define instituição: “As instituições são as regras do jogo em uma sociedade, ou mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma a interação humana. Elas estruturam incentivos na interação humana, seja político, social ou econômico.” (North, 1995, p.13). Mas de onde surgem as limitações informais? Rotinas, costumes, tradições e convenções são palavras que North usa para denotar a persistência de limitações informais. Segundo North, elas surgem de informação transmitida socialmente e são parte da herança que chamamos de cultura. Por cultura North entende a transmissão de uma geração à seguinte, por ensino ou imitação, os conhecimentos, valores e outros fatores que influem na conduta. A forma pela qual a mente processa informação não somente é à base da existência de instituições, mas também o ponto chave para entender como as limitações informais têm um papel importante na formação da escolha, tanto a curto prazo como na evolução a longo prazo da sociedade. A consequência em longo prazo do processamento cultural da informação, que esta na base das limitações informais, é o que joga papel importante na forma incremental por meio da qual as instituições evoluem, e por conseguinte são uma fonte de *path dependence* (North, 1995. p.54-65).

⁶ No entanto, para Douglass North nada garante que a estrutura institucional não se altere, nem que ela seja eficiente. Algumas economias podem criar instituições que estimulam o crescimento, sendo que outras criam instituições que provocam o estancamento. Assim, o processo histórico de uma sociedade só pode ser compreendido, pelo autor, através da análise de sua dinâmica institucional.

mais eficientes serão as instituições como sistemas de incentivos ao desenvolvimento econômico.⁷ Entretanto, apesar das características do direito e da propriedade apoiarem-se em direitos e sanções regulamentadoras, constata-se que não é apenas isso, pois também decorrerem amplamente do costume e da tradição. É na relação complexa e evolutiva da relação entre características legais formais e consuetudinárias (cultura) que o direito e a propriedade devem ser definidos.

Cabe perguntarmos, como se definiram os direitos de propriedade no Estado sul-rio-grandense? Para alcançarmos tal resposta, necessitamos recorrer a formação histórica do Rio Grande do Sul. Nela, encontraremos os primeiros indícios da constituição dos dois subsistemas econômicos da região e os diferenciais sociais, econômicos, políticos, e, sobretudo culturais, destes dois complexos, que ao instituírem-se, determinariam a evolução econômica do RS.

Em sua formação histórica, o Estado sul-rio-grandense era o único território do Império do Brasil que rivalizava com a Argentina, Uruguai e Paraguai, tanto em termos políticos, militares e econômicos. Nesse sentido, sua formação distinguiu-se dos demais do país, em função deste ocupar um território fronteiriço marcado por inúmeros conflitos, entre as regiões ocupadas pelas colônias dos Impérios Português e Espanhol. Os conflitos deram-se, fundamentalmente, em detrimento das planícies e do gado, o que acarretou na tardia estruturação da sociedade gaúcha da fronteira – definiu-se somente ao longo do século XIX (Targa, 1996b).⁸

Inicialmente, em função do não cercamento dos campos, o gado que se reproduzia livremente no Pampa induziu a formação de bandos armados – preadores de gado – para sua disputa. Estes bandos, organizados, se “afazendavam” na região meridional, sendo esta a origem da ocupação privada do território e basicamente a procedência das primeiras estâncias

⁷ Para North, os direitos de propriedade são os direitos que os indivíduos se apropriam sobre seu próprio trabalho e sobre os bens e serviços que possuem. A apropriação é uma função de normas legais, de organizações formais, de cumprimento obrigatório e de normas de conduta; ou seja, é o marco institucional (North, 1995).

⁸ A título de curiosidade, vale repassar o ciclo de guerras e os eventos mais significativos, e não poucos, do século XIX que afetaram de sobremaneira o território gaúcho, compilados por Targa (1996b, p.20): * 1811-14, José Artigas organiza a sublevação do Uruguai contra a Espanha, forças militares portuguesas e rio-grandenses invadem a Banda Oriental. * 1816, Artigas organiza a resistência contra os portugueses. * 1820, Artigas é derrotado e refugia-se no Paraguai, onde Francia é ditador desde 1814. * 1821, tratado entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, pelo qual o território do Uruguai passa a fazer parte do Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil com o nome de Província Cisplatina. * 1822, recomeça a resistência no Uruguai. * 1828, independência do Uruguai. Em 1830, a Inglaterra, as Províncias Unidas do Prata (futura Argentina) e o Brasil reconhecem a existência da República Oriental do Uruguai. * 1835, início da ditadura de Rosas na Argentina. * 1835-45, os estancieiros do Rio Grande do Sul promovem uma guerra civil contra o Império (inicialmente federalista, depois separatista). * 1848-51, Guerra Grande onde o Brasil intervém no Uruguai apoiando caudilhos da oposição. Vitória brasileira. * 1851-2, o Brasil faz guerra à Argentina. * 1864-70, guerra do Brasil, e depois do Uruguai e da Argentina, contra o Paraguai de Solano Lopes.

gaúchas. A Coroa portuguesa, conhecedora dessa disputa local, e motivada pela manutenção e expansão de seus territórios, estabeleceu Fortes (quartéis) na região sul-rio-grandense e distribuiu títulos de propriedade aos preadores de gado, legalizando as denominadas estâncias. Dessa forma, o clima recorrente de guerra fez com que a defesa das fronteiras contasse com os estancieiros, que eram líderes militares locais, e peões que acumulavam a atividade de soldados. Décio Freitas denomina-os de “empresários-guerreiros”, apontando que o RS foi “a única porção do território brasileiro conquistada pelos próprios moradores, através de guerras contra uma potência européia”. Os proprietários de terras caracterizavam-se por serem “empresários-guerreiros” porque para adquirirem os títulos da Coroa portuguesa, que legitimavam a propriedade, tinham muitas vezes que passar por guerras contra os castelhanos. Desse ofício resultou a formação dos latifúndios pecuários presentes até hoje no RS, característicos da Metade Sul do Estado. Assim, no início do século XIX, pode-se dizer que o Rio Grande do Sul era o Pampa, e até meados deste mesmo século, a demografia regional, econômica e socialmente, era simplesmente essa região (Cardoso, 1977; Targa, 1996b; Monastério, 2002; Herrlein Jr, 2000).

Nestes termos, na época ocorreu um grande aumento populacional em terras sul-rio-grandenses. Intensificavam-se os pedidos e concessões de sesmarias para a formação de estâncias, processando-se a apropriação das terras e definindo-se legalmente a propriedade privada. Os maiores beneficiados eram os tropeiros – que em determinado momento pressentiram ser a criação de gado mais lucrativa do que a simples apropriação – e os militares, que davam baixa e recebiam terras como gratificação por serviços prestados. As sesmarias eram terras devolutas, medindo três léguas, o equivalente a 1.080 hectares. Todavia, havia estâncias com 30 léguas. A primeira concessão foi feita em 1732 e **por volta de 1803 à Campanha gaúcha já estava totalmente repartida entre aproximadamente 500 grandes proprietários**. Acrescenta-se a isso a forma não democrática de distribuição das sesmarias. Quem não possuísse propriedade, de acordo com a legislação portuguesa, não poderia receber sesmaria. Dessa forma, os pobres não tinham o direito de receber direitos de propriedade, corroborando o predomínio do latifúndio e as fortes barreiras para o acesso a terra. Com isso, a posse de uma sesmaria constituía um poder econômico, social e político. Em torno do grande proprietário reuniam-se os que trabalhavam sob suas ordens, os que necessitavam de sua

proteção, até mesmo os que tinham medo de sua força (Roche, 1969; Urbim, 2003; Monastério, 2002).

Raymundo Faoro (*apud* Araújo e Fischer, 1998), interpreta que esses “líderes” sul-rio-grandenses seriam caracterizados pelo sultanismo, estilo de dominação que, segundo Max Weber, move-se com a desenvoltura da tradição. Segundo Faoro, remetendo a análise aos tempos das guerras platinas de independência e das guerras de fronteira dos tempos coloniais,

“Do sultanismo derivamos, na história de nossa formação social, para uma sociedade de homens interessados no poder e no mando, presos e guiados pelo impulso do poder (...) No Rio Grande do Sul, até o ponto onde se permite haja um tipo regional de cultura, não se pode fugir a um traço permanente de sua orientação histórica que rompe todas as estratificações para impor-se: é o ascendente senhorial.” (Araújo e Fischer, 1998, p.50)⁹

Dadas estas considerações, acrescenta-se que a região praticava o escravismo. Todavia, o trabalho escravo não era dominante nas atividades de apoio à atividade produtiva da estância, pois era pouco importante um número grande de empregados necessários ao funcionamento da estância. O trabalho de pastoreio do rebanho na estância era realizado por índios, mestiços de índios com brancos, por indivíduos pobres e por escravos. Os trabalhadores não escravos eram populações excluídas; vagabundos e salteadores. O setor fundamentalmente escravista no RS era o da fabricação de charque – era onde se acumulava a riqueza da região¹⁰ (Targa, 1996c).

Assim sendo, os direitos de propriedade da região da Campanha desenvolveriam-se de forma eficiente e promoveriam um desenvolvimento econômico por um longo período de

⁹ Cardoso (1977), explana sobre a “camada senhorial” sul-rio-grandense no início do século XIX: “Na verdade, a sociedade rio-grandense não só se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, como às posições assimétricas da estrutura social correspondiam formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação (...) O padrão de equilíbrio estrutural da sociedade gaúcha mantinha-se, durante o século XVIII e início do século dezenove, através de formas autocráticas de dominação (...) parece que a violência e a arbitrariedade se inseriram de tal forma no sistema de relações sociais que se justificaria falar na perversão do sistema autocrático de mando no Rio Grande do Sul. O apelo ao arbítrio e à força bruta a tal ponto esteve presente no sistema de dominação existente no sul que a violência e a falta de respeito às normas formalmente estabelecidas contavam como componentes de fundamental importância para a manutenção do sistema de controle social e para a motivação dos ajustamentos às condições normais de vida” (Cardoso, 1977, p.84-85). Acrescenta-se a isso a visão de Monastério, que aplica o enfoque do Capital Social para a região (*a lá* Putnam). Monastério (2002), caracteriza essa sociedade como “não-cívica”. Para isso, o autor remete a seguinte passagem: (...) os abusos atingiram o cúmulo, ou melhor, tudo era abuso. Os diversos poderes confundiam-se e tudo era decidido pelo dinheiro e pelos favores. O clero era a vergonha da Igreja Católica. A magistratura, sem probidade e honra (...) os empregos multiplicavam-se ao infinito, as rendas do Estado eram dissipadas pelos empregados e afilhados, as tropas não recebiam seus soldos; os impostos eram ridiculamente repartidos; todos os empregados desperdiçavam os bens públicos; o despotismo dos subalternos chegou ao cúmulo, em tudo o arbítrio e a franqueza andando ao par da violência. (Saint-Hilaire, *apud* Monastério, 2002).

¹⁰ Era o setor que ocupava posição-chave na estrutura produtiva, pois, através do setor charqueador, o gado das estâncias transformava-se num produto que chegava aos mercados consumidores; “a atividade criatória para abate só produzia mercadoria porque esse setor charqueador existia”. (Targa, 1996c). Era, portanto, o setor econômico regional onde a riqueza acumulava-se. A criação de gado se dava em latifúndios (estâncias), e em torno da cidade de Pelotas encontravam-se as charqueadas, cuja exportação era feita através do porto de Rio Grande. A produção regional concentrou-se em Pelotas por

tempo? Pelo analisado até agora, a Metade Sul do RS foi constituída em um ambiente de guerra recorrente. Este ambiente, reflexo de uma instabilidade política entre dois Impérios, muitas vezes ameaçava a garantia dos direitos de propriedade da região. Sendo as guerras comuns (rotineiras), o esperado era que se gerasse expectativas negativas sobre a posse do território, ou seja, poderia haver duvidas sobre o domínio futuro dos direitos de propriedade. Ocorrendo essa incerteza a respeito do futuro, os agentes locais tinham menos incentivos para poupar, investir e iniciar novos negócios. Do mesmo modo, muitos capitais externos poderiam não enxergar incentivos para investir em tal ambiente institucional, adicionado-se a constatação do baixo intercâmbio entre agentes, a propriedade concentrada da terra, a escravidão, a rigidez social e ao vazio demográfico.

Além disso, aqueles estancieiros já inseridos no meio poderiam estar mais certos de que seus direitos de propriedade seriam garantidos, em relação a agentes vindos de fora. Monastério ressalta – e este é o ponto – que estes últimos estariam mais propensos a serem expropriados do seu gado ou mesmo de sua terra, dada a ausência de uma estrutura institucional que protegesse os direitos de propriedade no período (Monastério, 2002).

Ao mesmo tempo, constata-se que nessa região a aristocracia local, em moldes veblenianos¹¹, desenvolveu um sistema impositivo que promovia os monopólios (pecuária e charque). Os requisitos de mão-de-obra eram mínimos, dada a exploração da pecuária de maneira extensiva; as estimativas indicavam que eram suficientes 6 homens para pastorear 5.000 reses (Cardoso, 1977). Assim, era pouco freqüente o contato rotineiro, dado que a estância praticamente abastecia-se. Ocorria constantemente, em função da lonjura entre as sesmarias, à dificuldade de trocas entre esses habitantes.

Ao passo que a Coroa portuguesa foi determinante para a formação da Campanha, distribuindo direitos de propriedade para seu povoamento e fazendo resultar, no dizer de Cardoso (1977), uma estrutura social de castas (casta dos escravos e casta dos senhores), na Metade Norte do Estado seu papel foi outro.

Passados ¼ do século XIX partiu do Império um projeto de colonização da área inabitada do RS. Para o Trono, a função desse projeto era criar um apoio político alternativo ao

motivo de benefícios locais. Desta cidade até o porto de Rio Grande chegava-se em poucas horas, ao passo que charqueadas no interior do Estado podiam levar até um mês para alcançar o porto.

¹¹ A historiografia por várias vezes identifica a classe dominante regional como uma aristocracia rural, com costumes opulentos e consumo pecuniário. Ou seja, uma classe ociosa segundo termos veblenianos.

da grande propriedade¹². Assim sendo, o Império tinha objetivos particulares, como impedir a concentração de propriedade, gerar a exploração efetiva das áreas concedidas e garantir a ocupação efetiva do lote pelo colono e sua família. Outra característica interessante da política imperial de colonização foi a proibição do emprego de escravos. Pela Lei Geral nº 514, de 1848, a introdução e o emprego dos escravos, nas colônias, eram proibidos (Roche, 1969, p.101).¹³

Nestes termos, foi a partir de 1824 que o governo imperial distribuiu uma área de 77 hectares por família alemã, além de cavalos, vacas, bois, etc. Posteriormente, já na década de 1870, o Império implantou um grande plano de colonização destinada para imigrantes italianos. Assim, criaram-se as bases da pequena propriedade rural no RS, e as famílias de imigrantes recebendo terras do governo imperial, puderam explorá-las de modo independente, dedicando-se preferencialmente a policultura.

Segundo Jean Roche, inicialmente, não houve nenhuma “peia feudal” que retardasse o desenvolvimento de uma nova sociedade rural nesse território. Da mesma maneira, no interior dos estabelecimentos germânicos, não houve espírito de casta. As dificuldades da instalação e o processo da adaptação eram os mesmos para todos os imigrantes, fossem eles de origem urbana ou rural, aristocrata, burguesa ou popular, uma vez que todos deviam aprender o ofício de pioneiro. A necessidade de sobreviver, a pobreza da maior parte dos imigrantes e a enormidade das tarefas a cumprir apagavam as antigas distancias sociais, desenvolvendo-se a

¹² Se no período colonial a sociedade da Campanha esteve aliada aos interesses da Coroa portuguesa, na ocasião do Império ela se organizaria em defesa de seus próprios interesses, muitas vezes até contrários ao do país. A necessidade de assegurar uma autonomia de ação aos que estavam empenhados na conquista e ocupação de terras se, de um lado, interessava à Coroa Portuguesa pelo processo lusitano implícito, de outro, preocupava pelo fortalecimento de um poder privado nem sempre disposto a se submeter a ordens vindas do governo central. Os “senhores guerreiros”, dependendo da conjuntura, preocupavam-se mais com seus interesses privados do que com os interesses geopolíticos da Coroa (Piccolo, 1998b, p.274). O exemplo evidente foi a Revolução Farroupilha (1835-1845). Os Farrapos viam na centralização política a causa da subordinação econômica. No plano econômico, segundo Cardoso (1977, p.70), a concorrência dos saladeiros do Rio da Prata era intensa e a produção platina possuía condições favoráveis para vencer a competição. Dentre tantos fatores apontados por Cardoso, a desvantagem das charqueadas gaúchas em relação aos *saladeiros* platinos residia principalmente por estes últimos assentarem-se em um modo de produção capitalista, empregando trabalho assalariado. Mostrando baixa competitividade, os charqueadores valeram-se da arena política, onde tentavam enfrentar a concorrência via imposto de importação. Todavia, esta “solução” encontrada através de uma política protecionista ao charque nacional representava uma elevação dos custos do ponto de vista dos cafeicultores. Dessa forma, além de enfrentar a concorrência platina, os charqueadores do RS enfrentavam a política liberal do governo central. Assim, deparava-se a economia escravista charqueadora com os problemas em nível de exploração do trabalho, poder econômico de seus concorrentes platinos e por não conseguirem impor às outras classes regionais os privilégios de reserva do mercado brasileiro que pleiteavam para seu produto. Apresentava a classe dominante gaúcha (criadores e charqueadores) uma “fraqueza relativa” em relação à classe dos grandes proprietários de terra e de escravos do Brasil (Targa, 1996b).

¹³ Com isso, uma sociedade de pequenos proprietários europeus, então, foi criada na área não interessada a pecuária, caracterizada pela presença de florestas, montanhas e índios. Dessa forma, a pequena e a grande propriedade no RS não disputaram o mesmo solo, nem mesmo se avizinham. A colonização teve êxito nas áreas onde a grande classe dominante se

solidariedade entre todos os colonos, pelo menos no início de sua instalação numa zona de mata virgem (Roche, 1969, p.572-73).

Dessa forma, qual é a análise que podemos fazer da definição dos direitos de propriedade do complexo colonial-imigrante? Nesse local, em função do ambiente de elevada permuta e de dependência recíproca entre os agentes, mais complexos em comparação com a sociedade mais ao sul, pode-se inferir que essa coletividade podia reduzir os custos do intercâmbio, diminuindo a incerteza e garantindo direitos de propriedade especificados de forma mais perfeita e completa.

O sistema de pequena propriedade e de trabalho livre trouxe a reboque o comércio local, técnicas européias capitalistas e coesão social, no qual os agentes dispunham de elevado conhecimento mútuo, pois estavam envolvidos em repetidas trocas. Assim, principalmente no que diz respeito ao elemento “trabalho”, tinha a outra “metade” do Estado certa dosagem de mão-de-obra especializada.

Dessa maneira, estruturou-se outra classe social no RS, com uma nova mentalidade. Os imigrantes trouxeram novos valores, costumes e hábitos, ou seja, outra cultura.¹⁴ Esta cultura estaria fundamentalmente mais ligada ao “espírito do capitalismo” (*a lá* Weber), tal situação até então estranha para a realidade gaúcha. Pode-se dizer que com a vinda de imigrantes europeus, especialmente alemães, o protestantismo justificou a riqueza, instituiu a poupança e induziu uma nova disciplina social, caracterizada por uma população trabalhadora. Estes fatores culturais viriam a legitimar o capitalismo na região e, por conseguinte a acumulação de capital, dado a maior especialização da oferta de trabalho e melhor qualidade dos fatores de produção. Nestas condições, os custos de transação encontram-se muito reduzidos, desenvolvendo-se direitos de propriedade eficientes e propícios a atividades produtivas, tanto para a agricultura como para a indústria e o comércio.¹⁵

mostrava ausente. Também, somente no RS, no século XIX, a experiência de criação de uma área de pequenas propriedades concretizou-se plenamente e com sucesso, através da fundação de São Leopoldo (Targa, 1996b).

¹⁴ Para North (1993), o aprendizado coletivo consta das experiências que este têm atravessado pela lenta prova do tempo, e está incorporado em nossa linguagem, nossas instituições, tecnologia e formas de fazer as coisas. Assim, “a aprendizagem é a transmissão no tempo de nosso acervo acumulado de conhecimentos”. E é a cultura a que tem a chave para a explicação da “dependência da trajetória” (**path dependence**), termo utilizado para descrever a poderosa influência do passado sobre o presente e o futuro. O conhecimento atual de qualquer geração se dá dentro do contexto das percepções derivadas do aprendizado coletivo. A aprendizagem é, então, um processo que vai aumentando, e é filtrada pela cultura de uma sociedade que determina os retornos percebidos.

¹⁵ Pode-se fazer uma aproximação, de acordo com North (1995), que nesse local os arranjos institucionais e os novos direitos de propriedade criaram incentivos que canalizaram o esforço econômico dos indivíduos, em direção a atividades em que a taxa de retorno privado e a taxa de retorno coletivo se aproximavam.

Fator importante foi que se estabeleceu uma nova espécie de *modus-vivendi* no RS, pois muitos imigrantes não se adaptavam à agricultura e desejavam viver exercendo a profissão que aprenderam na Europa. Nessa dinâmica, abriram-se lojas e afloram estabelecimentos de diversas oficinas de artesãos com os vários corpos de profissão trazidos pelos imigrantes.¹⁶ Essa atividade artesanal no início, permitiu, mais tarde, oficinas e ateliês de ótima qualidade técnica. Referente ao mercado, a agricultura comercial especializada foi capaz de gerar uma capacidade aquisitiva e capitalização. Também, o artesanato, manipulando matéria-prima local, supriu satisfatoriamente as necessidades da comunidade.

Dessa forma, os detentores do poder no Brasil (primeiramente a Coroa e depois o Império), definiram em grande parte os direitos de propriedade para o Estado sul-rio-grandense, movidos por seus interesses e de acordo com seus próprios critérios. Primeiramente criou-se uma sociedade para rivalizar com os países platinos, e essa sociedade somente aceitou tal condição pelo oportunismo, recebendo estâncias e tornando-se a elite regional. Constituiu-se uma sociedade patrimonialista, senhorial, estamentária e autoritária.¹⁷ A outra sociedade foi criada para um contrapeso à anterior, diferenciando-se, sobretudo pela pequena propriedade e pela “imigração espontânea”. Como bem diz Targa (1996c), os imigrantes foram encarregados de **criar uma nova sociedade** totalmente à parte da sociedade escravista e onde o trabalho escravo era legalmente interdito.¹⁸

A estrutura da propriedade no Rio Grande do Sul deu origem a uma estrutura social e produtiva, onde conviviam grandes latifundiários pecuaristas, charqueadores e pequenos agricultores. O que estes tinham em comum, como se verá, era a orientação para o mercado interno brasileiro, mas o que os diferenciava era as formas de acesso à propriedade e diferentes formas de trabalho.

¹⁶ Para Roche (1969, p.158), além da imigração de origem rural, a imigração de origem urbana reuniu artesãos e burgueses desejosos de deixar a Alemanha por motivos quer econômicos, quer políticos. Segundo o autor, o malogro dos movimentos liberais de 1848 e o advento do nacional-socialismo em 1933, por exemplo, expulsaram da Alemanha sujeitos de apreciável valor para o RS. Eram antigos cidadãos que possuíam técnicas mais avançadas, além de terem outra cultura e um espírito de iniciativa mais vivo.

¹⁷ Para Douglass North, o subdesenvolvimento consiste antes de tudo, num ambiente social em que a **cooperação humana** inibe a inovação, apóia-se em vínculos hierárquicos localizados e bloqueia a ampliação do círculo de relações sociais em que se movem as pessoas. É exatamente por isso que North vê que o desenvolvimento não reside em dons naturais, na acumulação de riquezas, nem mesmo nas capacidades humanas, mas nas instituições, ou seja, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais. Nações onde o valor do conhecimento transmitiu-se ao conjunto da sociedade formaram culturas de valorização do trabalho e da inovação, ao contrário daquelas de tradição escravista, que se apóiam francamente na separação entre trabalho e conhecimento (Abramovay, 2001).

¹⁸ Consta-se, desde já, a peculiar estrutura fundiária do RS em relação ao resto do Brasil, que se formou durante o séc. XIX e permanece até hoje no Estado gaúcho. Para Targa, “nenhum outro estado do Brasil possui sua área rural estruturada dessa

Sabendo que os direitos de propriedade não são regidos somente por direitos e sanções regulamentadoras, mas também por hábitos, costumes e valores, ou seja, pelo direito consuetudinário (pela cultura), percebe-se que são estes últimos que garantem o bom evoluir institucional, e por conseguinte econômico, de determinada região.¹⁹ Foi dessa forma que cada subsistema no Rio Grande do Sul definiu seus direitos de propriedade, ou seja, surgiram as sementes institucionais que estariam por trás do desenvolvimento econômico da cara região, a qual decidiria sua evolução no século XX. Ao definir-se a estrutura de propriedade sobre o que é produzido, estava condicionado desde o início a performance dos subsistemas regionais.

Mudança institucional na República Velha

A ocasião da República Velha no Rio Grande do Sul revelou-se muito importante para a história socioeconômica regional, pois é justamente neste período que a economia, a política e a sociedade gaúcha sofrem grande transformação. Esta etapa pela qual passou o Estado também é fundamental para a compreensão da evolução industrial do RS, como para disparidade econômica regional, pois é nesta época que os distintos arranjos econômicos do RS corroboram suas especificidades e expandem suas relações capitalistas.²⁰

No período, o Rio Grande do Sul foi palco de uma guerra civil. Targa (1998), baseado em um conto de Alcides Maia²¹, retrata a Revolução Federalista de 1893²² como um conflito entre dois projetos para o futuro da sociedade gaúcha: “um de permanência do mundo tal como estava e era e um outro de transformação social”. A guerra seria entendida, então, como um sangrento rito de passagem da sociedade tradicional para a moderna.

forma: de um lado, uma região de grandes propriedades (região pecuária), de outro, uma região de pequenas propriedades (primitivamente região de policultura-pecuária)” (Targa, 1996b, p. 27).

¹⁹ A questão-chave, já enunciada, é que o tipo de aprendizado que os indivíduos em uma sociedade adquiriram ao longo do tempo condiciona o desenvolvimento. E, como a natureza do processo de aprendizagem é local, o desenvolvimento econômico é particular e diferenciado. O tempo neste contexto implica não somente experiências e aprendizado atual, mas também a experiência acumulada de gerações passadas que está enraizada (*embedded*) na cultura.

²⁰ Acredita-se que ocorreu uma mudança institucional no RS durante a República Velha, manifesto pelo deslocamento do poder da antiga classe dominante. Como se verá, essa mudança foi capaz de provocar uma alteração nas bases produtivas regionais. O projeto do Estado positivista visando a diversificação produtiva e a ampliação do mercado interno distinguiu a economia gaúcha do período anterior (Império) e, também, das demais regiões do país.

²¹ O conto intitula-se “Inimigos”, constante do livro “Tapejara” (cenários gaúchos), cuja primeira edição foi publicada no Rio de Janeiro, pela Livraria Garnier, em 1911.

²² Essa guerra civil, iniciada em fevereiro de 1893 e que durou, pelo menos, 31 meses, caracterizou-se pela enormidade das crueldades praticadas por ambos os lados – assassinatos, degolas e estrupos – tendo liquidado entre 10.000 e 12.000 do milhão de habitantes do RS à época – 1,2% da população sul-rio-grandense. Segundo Targa (1996d), para que se tenha um parâmetro comparativo, basta indicar que o período clássico do grande terror da Revolução Francesa levou a morte 17 mil pessoas de uma população estimada em 26 milhões – 0,6% dos franceses.

O ponto central da divergência entre republicanos e federalistas estava nos projetos econômicos que os dois partidos pregavam para o Rio Grande do Sul. Os projetos de ambos apresentavam soluções opostas para a crise geral da economia “pecuária-exportadora”. Os pecuaristas, liberais conservadores, estavam fundamentados na teoria das **vantagens comparativas**, e, portanto, defendiam um projeto de especialização para a pecuária. “Reivindicavam estradas, portos e a taxaço do produto similar platino, ou seja, o eterno protecionismo ao charque gaúcho”. A visão dos republicanos era oposta, pois eles interpretavam a crise da economia regional como resultado da própria economia “pecuário-charqueadora”, cuja expansão dependia do comportamento dos mercados externos. Nestes termos, os republicanos queriam livrar a economia regional da instabilidade gerada pela dependência das exportações de uns poucos produtos pecuários. Isso somente seria conseguido pela autonomia no abastecimento do mercado interno, quanto pelo fomento da diversificação das exportações. (Targa e Silva, 2000).²³

O novo grupo no poder era inicialmente composto por jovens republicanos e profissionais liberais, cujas fortunas enraizavam-se na pecuária. Apesar de muitos serem estancieiros, não eram membros da elite econômica e nem da oligarquia política regional, pois eram provenientes da região noroeste do Estado, de ocupação mais recente e mais pobre que a Campanha. Desde o início encontraram apoio no Exército Nacional, e nos primeiros anos da República forjaram uma institucionalidade própria para a Constituição do Estado do RS (1891), na forma de uma ditadura republicana (Herrlein Jr., 2000).²⁴

Assinala-se que durante a República Velha (1889-1930) no RS, período em que ocorre a transição capitalista no Estado, já se constatava um “um processo de transformação econômica, manifesto pela ascensão gradativa do norte do Estado com relação à zona sul (Campanha)”. A situação da Campanha foi definida por Fonseca (1983) como “hegemônica mas decadente”, pois ela vinha enfrentando perda relativa, em termos econômicos, para o

²³ Segundo Fonseca (1983, p.72), exportar para os republicanos significava apenas vender ao exterior o que a economia interna não absorveu. Nas palavras do autor: “exporta-se o excesso, depois de abastecido o mercado local, que deve produzir tanto quanto for possível para satisfazer suas necessidades”.

²⁴ Assim, com o começo da República Velha o setor dominante na sociedade gaúcha perdeu o controle da instituição política regional – os grandes fazendeiros da Campanha depararam-se com a desestruturação de seu domínio político. Durante a Primeira República foi o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) que conduziu o Estado gaúcho. O PRR, partido de um grupo minoritário da classe dominante centralizou sua atuação na busca de novos adeptos. Buscou contemplar os interesses dos segmentos médios urbanos em ascensão, para exercer seu poder, ampliando sua base social de apoio político cooptando para seus quadros setores egressos do complexo colonial-urbano. Para isso, estimularam a imigração e a diversificação agrícola, dotando a região Norte do Estado de uma infra-estrutura de melhor qualidade. Nessa atitude, o PRR legitimou-se (Targa, 1996).

Norte do Estado. Dava-se início a uma descaracterização do Rio Grande do Sul do Império, fundado apenas na atividade pecuária.

Para Herrlein Jr. (2000, p. 49), a nova “qualidade” da economia gaúcha revela-se pela capacidade adquirida de ampliar e diversificar sua estrutura e oferta, a partir do desenvolvimento comercial e industrial da agropecuária colonial. Como a economia do RS era basicamente agroexportadora, voltada para o mercado interno brasileiro, um bom indício da evolução dos dois “subsistemas” econômicos é a sua participação nas exportações estaduais, como mostra a tabela 1.

Tabela 1- Participação (%) dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul, em períodos selecionados 1878-1888/1889-1900/1919-1929.

PRODUTOS	1878-1888	1889-1900	1919-1929
Produtos típicos da Campanha	62,2	46,5	37,2
Charque	30,3	25,9	19,1
Couros	30,5	18,7	10,1
Lã	1,4	1,9	4,2
Carnes Frigorificadas	---	---	3,8
Produtos típicos da Serra	8,8	31,0	31,6
Banha	1,8	11,3	15,6
Farinha de Mandioca	3,2	7,3	2,2
Feijão	0,2	7,6	3,8
Fumo	1,9	2,9	4,3
Batata-inglesa, erva-mate, cebolas e alhos	1,7	1,8	3,4
Vinho	0,1	0,1	2,5
Arroz	---	---	10,1
Total	71,0	77,6	78,9
Total do RS	100	100,0	100,0

Fonte: Herrlein Júnior (2000, p. 25).

Nota-se claramente os ganhos de participação nas exportações de produtos de caráter colonial, em relação, aos produtos característicos da economia pecuária.²⁵ As transformações econômicas ocorridas no RS durante a República Velha, em especial na Metade Norte do Estado, estabeleceram na região uma diversificada economia de mercado interno.²⁶

²⁵ Apesar de tudo, foi o charque o primeiro artigo em valor das exportações durante a República Velha (em 1927 correspondia a 17,7%). Mas a principal constatação é a de que embora os produtos típicos da Campanha serem de maior peso na pauta de exportações do RS, a presença desses é declinante.

²⁶ Além disso, todos os produtos da agropecuária colonial, com exceção da banha a partir de 1919, possuíam no mercado interno da região sua mais importante parcela de vendas. Também, o subsistema econômico do norte do Estado garantia o abastecimento de seus produtos não apenas na zona colonial e em suas cidades, mas também na zona sul do Estado, através da conexão dos ramais ferroviários, ampliando o mercado regional. Além disso, ressalta-se que a zona colonial fazia o

O mercado das zonas de colonização alemã e italiana apresentou-se mais eficaz, no sentido da industrialização, devido a que estas colônias encontravam no próprio mercado estadual e em outros mercados regionais do Brasil um escoadouro para sua produção diversificada, que logo também começou a ser beneficiada. Isto proporcionou para o subsistema colonial-imigrante a propagação do capitalismo e da produção mercantil, espalhando para a capital Porto Alegre um estímulo industrializante, devido à atividade comercial que ali acumulava capital. O subsistema da pecuária, que tinha grande parte da concentração da indústria nesta época também apresentou crescimento. No entanto, as indústrias do sul do Estado não apresentavam a mesma dinâmica, pois os novos estabelecimentos que ali surgiram (exceto os ligados à transformação pecuária) não eram oriundos de atividades características do local, mas sim investimentos realizados por imigrantes que visavam aproveitar as “economias” do porto de Rio Grande, em função da exportação para outros mercados do Brasil.²⁷

Cabe analisar, portanto, as ideologias, ou o sistema de idéias, presentes no RS no período. Para North, a ideologia exerce uma grande influência na constituição das regras formais de uma sociedade, pois penetram na tomada de decisão dos agentes políticos. Dessa forma, as ideologias além de estarem na base da formação das regras informais, definem de sobremaneira as regras formais, exercendo, então, um papel fundamental no desempenho das distintas economias. Descrever o papel da ideologia também é imprescindível para compreender como as diferentes percepções (subjetivas) da realidade afetam a reação dos indivíduos à mudanças de situação. North considera que a ideologia ajuda a esclarecer vários aspectos relativos à observação das regras do jogo.

No Império, a classe dominante local, pecuarista e charqueadora, dispunha do aparelhamento estatal e exercia seu esquema de dominação política regionalmente. Politicamente, integravam a rede “coronelistas” do Partido Liberal. Esta oligarquia regional

processamento industrial de muitas matérias-primas produzidas na zona da pecuária. Assim, a indústria gaúcha, que surgiu no final do século XIX com a implantação de algumas fábricas metalúrgicas e têxteis, combinou-se à evolução fabril de muitas manufaturas e agroindústrias, nas quais se inverteram frações importantes de capitais comerciais acumulados (Herrlein Jr, 2000, p. 42). É dessa forma que a acumulação de capital, que gradativamente transformava-se em capital industrial, encontrou na dinâmica do subsistema colonial-imigrante suas condições necessárias, muito mais que no subsistema da pecuária.

²⁷ O parque industrial desse subsistema detinha forte presença de elementos de origem imigrante, particularmente burgueses imigrantes. “Veja-se o caso de Pelotas: em 1864, Friedrich Lang, possuindo experiência técnica no ramo, fundou uma empresa para fabricar velas e sabões; em 1880, Carlos Ritter, comerciante, estabeleceu-se com uma cervejaria. Em Rio Grande, o comerciante Carlos Guilherme Rheingantz fundou, em 1873, a primeira fábrica de tecidos do Rio Grande do Sul; em 1891, Gustavo Poock, filho de um fabricante de charutos na Alemanha, fundou uma fábrica deste tipo, e, no mesmo ano, o comerciante Albino Cunha formou a Moinhos Rio-grandenses para a fabricação de farinha de trigo.” (Pesavento, 1985, p. 36).

fazia política em favor de seus interesses; sua dominação era de tipo patrimonial. A imposição da Constituição de 14 de julho de 1891, obra de Júlio de Castilhos, encontrou uma resistência natural, por parte da elite gaúcha, por causa da sua tradição liberal do RS. O poder local, representado por grandes proprietários, não aceitou passivamente a sujeição a uma organização que, ideologicamente, se contrapunha ao liberalismo teoricamente sempre defendido. Liberalismo era sinônimo de defesa dos direitos e garantias individuais, o que não era fundamental para a filosofia positivista (Piccolo, 1998a).

Este partido, que dominou o RS durante todo o Império, assistiu na Proclamação da República a desestruturação de seu domínio político. Fundaram então o Partido Federalista, onde na República continuaram a pregar sua ideologia, de especialização regional, fundamentada na teoria das vantagens comparativas – **vantagens somente para o boi**. No período de transição capitalista, portanto, desejavam manter a sociedade e a economia regional inalteradas.

Piccolo (1998b), retrata bem o federalismo como projeto político da elite no Rio Grande do Sul. A ideologia federalista, para a autora, têm origem na própria situação fronteiriça do Estado, pois na região platina o federalismo esteve associado ao artiguismo, projeto político mais importante da região platina no início do século XIX.²⁸ Entretanto, os sul-rio-grandenses, proprietários de terras e de escravos, que atuavam no espaço fronteiriço e se identificavam com práticas federalistas defendidas por Artigas, não aceitavam o seu reformismo social. No Rio Grande do Sul, o ideário federalista somente era usado para contrapor-se a centralização política vigente no Brasil, pois a elite muitas vezes não encontrava respaldo em suas reivindicações junto ao governo central. Não sendo atendidas tais reivindicações, a elite gaúcha apontava para o separatismo, em nome de princípios autonomistas (federalistas), como o episódio da Guerra dos Farrapos. Se a classe dominante regional, com essa prática discursiva, conseguia se ver atendida, o “seu” autonomismo se recolhia, mas ficava em estado latente, prestes a ressurgir.

²⁸ O projeto artiguista, influenciado em grande medida pela Constituição Federal Norte-Americana, defendia uma Confederação a partir da “soberania de los pueblos”. O projeto de Artigas tinha em sua base um princípio autonomista, apontando para a defesa de um pluralismo na unidade, que desafiava o centralismo de Buenos Aires (Piccolo, 1998b). Entretanto, a adoção da Constituição Federal Norte-Americana e de leis de direito de propriedade por vários países latino-americanos não conduziria ao mesmo tipo de desenvolvimento que o dos Estados Unidos da América. Como bem lembra North (1995), “embora as regras sejam as mesmas, seus mecanismos de reforço, os caminhos que garantem sua aplicação, as normas de comportamento e os modelos subjetivos de comportamento dos atores, não o são”.

Assim, com a transição capitalista, o RS não assistiria uma perpetuação da ideologia da estrutura imperial. Ocorreu sim, uma mudança institucional radical, manifestada pela Guerra de 1893.²⁹ Uma mudança no sistema de idéias de pensar a sociedade sul-rio-grandense, sobretudo, uma mudança na forma de dominação, diversa da conduta oligárquica do Império fez-se com uma reestruturação burocrática radical.³⁰

O novo grupo no poder (PRR) tinha uma ideologia burguesa. Caracteriza-se este novo governo pela eficiência administrativa, moralidade nos negócios públicos, nitidez e transparência das contas regionais, orçamento equilibrado (praticamente em todo o período da República Velha o orçamento estadual apresentou superávits) e pela promoção de políticas que visavam o bem-estar material e o progresso da sociedade (Targa, 1998). Com isso, o PRR não tinha natureza oligárquica quanto ao seu funcionamento e nem desfrutava de uma rede de relações coronelísticas para garantir a sua reprodução no poder.³¹

Segundo North, inspirado em Thomas Kuhn, a manutenção de uma ideologia depende de sua capacidade de explicar o mundo à sua volta. Foi essencialmente isso que o PRR fez para perpetuar sua ideologia positivista. Diante da crise da pecuária e das charqueadas, o Estado promoveu a diversificação econômica, ganhando argumentos para resistir às demandas de privilégios por parte das classes tradicionais. Ou seja, a ideologia da oligarquia regional não

²⁹ “A guerra civil de 1893 foi a reação militar de uma classe proprietária e dominante que desejava recuperar o *status* que possuía antes da revolução política realizada pela vanguarda positivista que impusera uma nova ordem constitucional. A revolução empreendida por essa vanguarda tinha por objetivo, justamente, mudar a sociedade e a economia gaúchas. Essa guerra foi, então, o conflito entre uma classe que desejava que a sociedade, a economia e a política do Estado permanecessem iguais ao que haviam sido no passado e um grupo voluntarioso de indivíduos que desejavam mudar a sociedade, a economia e a natureza do Estado. Olhando esse evento militar desde a perspectiva de nosso presente, a guerra representou o conflito entre o passado e o futuro da sociedade sul-rio-grandense. Ela foi o ponto de inflexão fundamental, e radical, da história dessa sociedade.” (Targa, 2003).

³⁰ Douglass North (1994), fala do “dilema da mudança institucional”. Mudanças lentas e graduais serão sabotadas pela criação de ‘direitos de corrupção’ entre a burocracia vigente. A implicação política é que alterações radicais de política devem vir acompanhadas de uma reestruturação radical da burocracia. A infra-estrutura institucional que precisa ser criada exige um afastamento das organizações sociais, políticas e econômicas centradas em laços familiares, além da promoção de organizações e instituições que possam aparar as inseguranças associadas à extrema interdependência de uma economia de especialização e mercados impessoais. Mudanças bruscas trarão comoção social e política, porque as limitações informais e as percepções ideológicas simplesmente não mudam de repente. Aí está o dilema da mudança institucional. O dilema da mudança institucional, para o Rio Grande do Sul optou pela escolha da mudança radical. Se buscou a modernização social e política, e conseqüentemente econômica, em detrimento das instituições tradicionais do Império.

³¹ Vejamos os principais fatores condicionantes da mudança. Sucintamente, o governo republicano criticava a legislação tributária do Império, baseada no Imposto de Exportação, alegando que os princípios que a regiam eram “antieconômicos”. Assim, empossados, após o período conturbado de guerra contra os federalistas, o Partido Republicano primeiramente praticou uma reforma tributária no Estado. Implementaram um projeto decidido a substituir os impostos indiretos por diretos, propondo tributar diretamente a propriedade e não, indiretamente a produção. Para isso, o PRR substituiu, em grande parte, o Imposto de Exportação pelo Imposto Territorial. Suavizou-se a carga fiscal sobre os agricultores, bem como sobre as formas agrária, comercial e industrial do capital. Assim sendo, a política buscava, principalmente, reduzir a carga fiscal ou isentar de impostos o capital mercantil. O dinamismo da economia regional tendia a se desvincular, progressivamente da grande propriedade. Além disso, o PRR construiu uma infra-estrutura de transportes, estatizando portos e estradas de ferro, sobretudo para

encontrava mais espaço, pois seu sistema de idéias (especialização do boi) não explicava o mundo a sua volta, identificado pelo sucesso da diversificação regional.

Foi na mudança de poder e de transição capitalista que o subsistema do Sul mostrou sua debilidade para transformar-se. Porque essa região não se adaptou a nova conjuntura? Para North (1994; 1995), os empresários, em geral, “pesam” as potenciais vantagens de uma reformulação de contratos no arcabouço institucional existente contra o retorno obtido do investimento privado na reforma desse arcabouço. No RS, os empresários da Campanha sucessivamente optaram por reformular os contratos no arcabouço institucional existente; mudavam as regras do jogo através de mudanças nas regras formais. Ou seja, a matriz institucional cambiava, todavia, a mudança institucional para essa região sempre foi gradual ou incremental, não abrupta ou radical.³² Ou seja, os empresários do Sul reformularam a matriz institucional através de leis e normas formais, não alterando a lógica interna produtiva. As Guerras contra o Estado Regional em 1893 e 1923 tem o mesmo sentido da Revolução Farroupilha. Mudar regras formais para maximizarem o retorno de suas atividades, em detrimento de atitudes produtivas. Assim, no período republicano, os empresários gaúchos da pecuária continuaram tentando reformular contratos ao invés do rearranjo produtivo. A elite regional continuou ligada as suas origens, ligada a sua ideologia, agravando a crise em seu subsistema.

Como bem demonstra Monastério (2002), desde o Império o setor charqueador já era protegido da competição do Prata. Especialmente após a Revolução Federalista, as barreiras tarifárias contra o charque platino foram ampliadas. Ao que parece, para a elite empresarial do Sul era melhor transferir a questão da mudança institucional para a arena política. Assim, a concorrência externa (mudança em preços relativos) podia até trazer consigo possíveis empresários perdedores no campo econômico, mas estes se utilizavam do artifício político para corrigir suas perdas, alterando a estrutura de preços relativos. Dessa forma, não ocorreu uma

estimular a reprodução ampliada do capital comercial e da classe dos pequenos proprietários e proteger a indústria nascente (Targa, 2003).

³² Como exemplo, considera-se a concorrência dos saladeiros do Rio da Prata. Estes ao entrarem no mercado brasileiro, praticavam um preço mais competitivo, desbancando o produto gaúcho. Os empresários (charqueadores) podiam rearranjar a relação insumos e produtos com que trabalham. Adotando essa conduta, deveriam os empresários da Campanha desenvolverem padrões alternativos de comportamento – no caso, produtivos. Ou seja, poderiam aperfeiçoar o processo produtivo, como por exemplo, migrar para os frigoríficos (inovação tecnológica radical no início do século XX). Todavia isso não ocorreu. Os empresários do Sul preferiam a segunda opção. Mudar a matriz institucional reformulando contratos. Tal conduta já era recorrente no passado, como manifestada na Guerra dos Farrapos (1835-1845): reinvindicações da classe dominante local para o Império. Alegavam o descaso da política imperial em relação à proteção do produto gaúcho. Dez anos de guerra resultaram em um aumento do imposto de importação para o charque platino em 25%.

mudança radical na tecnologia empregada (instalação de frigoríficos) em razão dos interesses em locais. Desta maneira, a mudança nos preços relativos (concorrência platina) trouxe consigo uma conduta, dos possuidores de recursos econômicos sulistas, que se manifestava em câmbios políticos e contratuais. Perpetuava a matriz institucional vigente, com ajustes incrementais, pois se podia alterar os preços relativos, através de tributos ao charque platino de melhor qualidade.

Entendendo a dinâmica segundo North (1995, p.17), mesmo que as normas formais mudassem da noite para o dia, como resultado de decisões políticas, as limitações informais, enraizadas em costumes, tradições e códigos de conduta eram muito mais resistentes, o que restringiam a modernização do setor.³³

Assim, permaneceu a pecuária gaúcha sem maiores alterações no momento em que a economia escravocrata se desagregou a adveio a produção na base da mão-de-obra livre. Foi somente com a instalação dos frigoríficos na segunda década do século XX que se deu à reorganização da indústria da carne. Entretanto, a economia pecuária gaúcha revelou-se incapaz de gerar uma acumulação que desse margem a montar, com recursos locais, uma empresa capitalista plenamente configurada, que revolucionasse os meios de produção pecuária. Algumas considerações para essa baixa acumulação da economia pecuária também podem ser encontradas nos elevados custos de transação que esse subsistema apresentava.

Um grupo que fornece matéria-prima (criadores) tenderia a apresentar interesses econômicos diferenciados daquele grupo que industrializa (charqueadores). Assim, dentro da classe pecuarista dois grupos apresentavam interesses específicos e muitas vezes divergentes. Isto fica evidente quando se frustrou o projeto local de implantação de um frigorífico nacional com recursos sul-rio-grandenses. Face a aceleração do processo de decadência do charque, os charqueadores gaúchos procuravam transferir seus prejuízos para os fornecedores de matéria-prima. A nível externo, o boi achava-se extremamente valorizado, contudo, os charqueadores

³³ Pode-se também interpretar essa resistência a mudança da elite gaúcha através do “velho institucionalismo”. Como se viu, alguns autores, como Monastério (2002), retratam a sociedade da Campanha como uma aristocracia local em moldes veblenianos. Para Veblen, a sociedade rica (classe ociosa) muitas vezes retarda a evolução social, conservando o que é obsoleto e opondo-se à inovação. Também, a instituição de uma classe ociosa impede de imediato o desenvolvimento cultural, mediante a inércia da própria classe e, indiretamente, mediante o sistema de distribuição desigual de riqueza (Veblen, 1965, p.192). A consequência do “conservantismo” dessa comunidade dá-se porque ela sempre empregará as forças do ambiente para alcançar os objetivos situados pelo modo de vida de acordo com os métodos aprendidos no passado e corporificados nessas instituições. Ou seja, se se aprendeu a resolver problemas através de reinvidicações políticas no passado, qualquer mudança institucional no presente será decorrente dessa aprendizagem. Ou seja, de acordo com Veblen (1965), “toda e qualquer mudança nos hábitos de vida e de pensamento [como inovações tecnológicas] é incomoda”. A aversão à mudança é em grande parte uma aversão ao incomodo de precisar fazer o reajustamento exigido por qualquer determinada mudança.

buscavam articular-se e realizar convênios para forçarem o criador a aceitar baixo preço pela matéria-prima oferecida. Tal tática – **conduta oportunista** – serviria para acentuar o conflito já pressentido entre criadores e charqueadores (Pesavento, 1980, p.14-19-97).³⁴ Essa conduta oportunista dos charqueadores exercia um impacto profundo na dinâmica de acumulação dos criadores, contribuindo para a estagnação do setor.

Dessa forma, agudizaram-se as tensões existentes no interior da classe dominante. Além disso, o conflito entre as duas frações de classe – criadores e charqueadores – somou-se a um terceiro elemento com interesses diferenciados, que foi o frigorífico estrangeiro. Identificava-se uma crise artificialmente criada pelos frigoríficos, pois eles pressionavam os preços do boi para baixo alegando excesso de oferta. O problema mais associado à questão do mercado e aos maus preços obtidos pelo gado era a noção de que os frigoríficos *aproveitavam-se* da situação e realizavam uma campanha baixista, oferecendo os menores preços possíveis para o rebanho, ou seja, tinham práticas oportunistas, dada a assimetria de informações.³⁵ Para North (1994), o custo de uma transação decorre dos altos custos da informação e do fato de que as partes de uma transação detêm informações de forma assimétrica. Em vista disso, embora os atores criem instituições para estruturar as interações humanas, o resultado será sempre uma certa medida de imperfeição nos mercados. Nestes termos, sempre haverá incentivos à trapaça, aos aproveitadores, etc., que contribuirá para um mercado imperfeito.³⁶

Mas porque a rigidez institucional não se manifestou no outro subsistema econômico do RS? Com a transição capitalista e a implantação de um novo sistema de idéias no Estado, a metade Norte pode legitimar mais facilmente a matriz institucional precedente ao período.

³⁴ Dentro da economia gaúcha, o estancieiro era o fornecedor de matéria-prima para a charqueada e encontrava-se na dependência dos preços oferecidos pelo grupo charqueador. A alta do preço do gado que interessava ao criador, não interessava ao charqueador, que via o preço da matéria-prima aumentar e com isso, elevado o custo de sua produção. Por outro lado, a economia gaúcha exportadora de charque e couro achava-se na dependência da economia central de exportação brasileira. Assim, os charqueadores tendiam a transferir para o produtor direto – estancieiro – as perdas da baixa do preço do charque no mercado nacional. Outro conflito de interesses da classe pecuarista residia na questão do contrabando. O contrabando prejudicava o charqueador gaúcho devido a entrada no país do charque platino, mas lhe era conveniente a entrada do gado platino de melhor qualidade e menor preço. Já com isso não concordava o criador gaúcho, na medida em que o rebanho uruguaio viria concorrer junto à charqueada como matéria-prima que ele oferecia em condições desvantajosas. (Pesavento, 1980, p.39-40).

³⁵ Veja um exemplo de assimetria de informações pela citação: “os frigoríficos, como é natural, guardam ciosamente o segredo de suas operações. Para poderem obter tais lucros se tem estas casas valido até hoje, principalmente, da ignorância de nossos criadores, tanto argentinos, como uruguaios ou brasileiros, sobre as necessidades dos mercados consumidores europeus, sobre os estoques lá existentes, os preços em vigor, etc., para nos impingirem essas ridículas mentiras de que o consumo de carnes frias na Europa tem diminuído muito ultimamente, de que os depósitos estão abarrotados de carnes, de que os preços das carnes baixaram enormemente nos mercados europeus”. (Pesavento, 1980, p.206).

³⁶ Ainda referente às práticas oportunistas do frigorífico, quando havia uma outra forma de aproveitamento da carne, embora obsoleta (charqueada gaúcha), o frigorífico tendia a entrar neste ramo de negócios e aniquilar a força do concorrente para manter o criador submisso. (Pesavento, 1980, p.207).

Porque? A ideologia, ou o modelo, proposto pelo governo republicano não se chocava com as limitações informais (cultura acumulada ao longo do tempo) da sociedade colonial, mas principalmente corroborava um sistema econômico já instituído. Dessa forma, a evolução econômica desta região foi “incentivada”. Não se exigiu que os agentes desse local modificassem a matriz institucional vigente, mas que a aprofundassem.

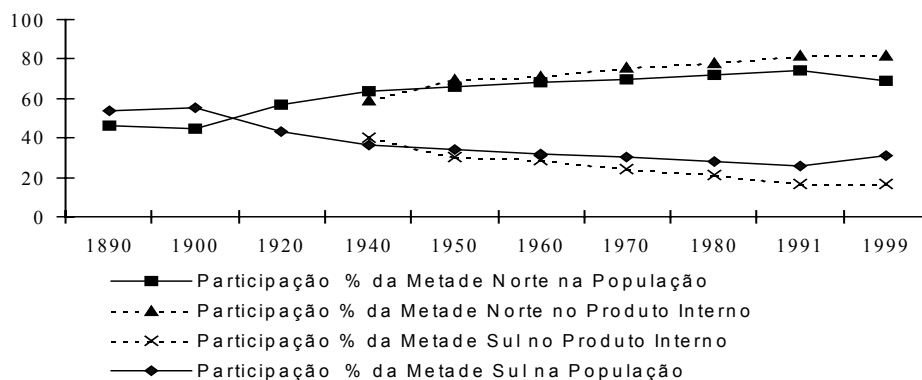
A ascensão do subsistema econômico do Norte do Estado ocorreu porque suas instituições iam de encontro à ideologia positivista. É bem certo que se a nova política praticada pelo PRR não estivesse de pleno acordo com o sistema de idéias dos agentes do Norte do Estado seu desenvolvimento não ocorreria da mesma forma. Todavia, tal fato não ocorreu, e a promoção do desenvolvimento da região colonial-imigrante deu-se pela corroboração de práticas produtivas capitalistas, enraizadas (*embedded*) nos valores, hábitos e na cultura dos agentes econômicos locais. Assim, pode-se dizer, que a matriz institucional do subsistema colonial-imigrante necessitava de um impulso para “deslanchar”, fato que ocorreu com a prática do ideário positivista.

Desenvolveu-se no Norte do RS uma economia de mercado interno que influenciou estrategicamente o modo de crescimento econômico do Estado. O câmbio político, a prática do positivismo e as políticas institucionais determinaram transformações econômicas para o Estado gaúcho. Estas mudanças estimularam a transformação de recursos produtivos locais, proporcionando primeiramente bens para o próprio mercado, caracterizando uma auto-suficiência estadual, e posteriormente exportações para as demandas do resto do país. Este fato histórico é visualizado pela abrangência e diversidade de transações do subsistema do Norte, que não se limitou apenas ao mercado local, mas, sobretudo ao estadual e nacional, determinando em boa medida acumulação de capital necessária ao desenvolvimento industrial regional.

Principais conclusões

A intenção deste artigo foi apresentar uma nova abordagem para o entendimento do processo de desequilíbrio regional gaúcho. A partir de Teoria de Douglass North encontra-se fatores, de larga duração, que nos ajudam a compreender melhor esse problema intrínseco à economia gaúcha. A evolução das desigualdades, podem ser identificadas pelo gráfico 1.

Gráfico 1 - Participação de cada Metade na População (1890-1991) e Produto Interno do Estado do Rio Grande do Sul (1939-1990)



Fonte: Verschoore Filho (2000) *apud* Monastério (2002a)

De acordo com o gráfico acima, o problema do desequilíbrio regional evoluiu no RS ao longo do séc. XX. As informações, indicam que a partir de meados da década de 1950, tornou-se cada vez menor a importância da Metade Sul no âmbito do Rio Grande do Sul, e que a Metade Norte do Estado apresentou elevado dinamismo. A conclusão que se obtém é que o que ocorre no Estado, ao lado do processo de desenvolvimento industrial, é uma progressiva ampliação do desequilíbrio ao longo do século XX, na qual participam as áreas mais antigas do RS.

Um fenômeno bastante visível é o de que Porto Alegre e a região Nordeste tornaram-se as regiões dinâmicas, ao lado de alguns pontos mais distantes da Região Norte. A Região Sul (Campanha), ao longo de todo o processo de industrialização parece não ter conseguido integrar-se a tal dinâmica. Em vista dessas indicações, é possível enunciar a hipótese de que apenas uma região do Rio Grande do Sul conseguiu vincular-se ao modelo de industrialização capitalista brasileiro.

Através da teoria institucionalista, acredita-se que originou-se no RS dois *path dependencies*, um dinâmico e outro não, determinados amplamente pelas **instituições** de cada região presentes no percurso original, que produziram estruturas industriais particulares capazes de explicar o desequilíbrio regional contemporâneo. Parte-se do princípio que durante a República Velha, período em que se materializa o capitalismo no RS, as duas “metades regionais” consolidaram bases institucionais (econômicas, políticas, ideológicas e culturais)

distintas, que perpetuaram ao longo do século XX, determinando o conseqüente desempenho econômico de ambas e o próprio desenvolvimento industrial regional.

Ambientes institucionais particulares, do início do século XX, contribuíram para que o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul se transformasse no principal centro industrial do Estado e, para que a rudimentar indústria das principais cidades da Campanha, ao inserirem-se na dinâmica capitalista, demonstrassem retraimento. Entende-se que a região da Campanha gaúcha foi superada porque perdeu uma ocasião histórica decisiva – o processo de industrialização – em virtude de fatores institucionais internos a essa região. E este momento histórico só foi aproveitado pelo Norte porque seu ambiente institucional, ao contrário da região ao sul, mostrou-se mais versátil e adaptativo frente às nuances da concorrência intercapitalista.

A Metade Norte do Estado, a partir de fatores que lhes são próprios e têm raízes no passado, conseguiu formar uma estrutura industrial diversificada e inserir-se no ambiente de concorrência capitalista com um considerável dinamismo. Seus atores locais (instituições e empresários), de posse de traços culturais e de conhecimentos técnico-artesanais, enraizados no ambiente institucional particular a essa região, conseguiram evoluir ao longo do tempo, mesmo diante do contexto de competição (local, regional, nacional e internacional), face sua inserção na economia de mercado, aprimorando a estrutura industrial original. Seus segmentos industriais somente ganharam impulso com o desenvolvimento industrial pós-guerra do país, porque essa região conseguiu vincular-se ao padrão de acumulação hegemônico nacional, solidificando a matriz industrial dessa região.

Contrariamente a essa situação, a Metade Sul somente conseguiu construir uma malha industrial especializada em poucos artigos, sendo que muitas vezes não apresentou níveis consideráveis de competitividade diante à concorrência capitalista externa à sua região, demonstrando baixo dinamismo ao longo do século XX. Desde muito cedo, nos primórdios do século XX, o complexo pecuário-charqueador começou a não mostrar dinamismo e não houve um processo de inovação, com o surgimento de novas linhas de produção. Seus atores locais não conseguiram engajarem-se na ótica da dinâmica capitalista, pois apresentam resistência à inovação. Viu-se brevemente que essa resistência da Campanha gaúcha deve-se a fatores institucionais próprios a essa região, como as relações de propriedade, culturais, políticos (ideológicos) e elevados custos de transação, sendo estes fatores os determinantes para sua

perda de hegemonia, incompetência industrial e conseqüente inserção constrangedora num ambiente concorrencial capitalista.

A estagnação secular da Metade Sul pode ser mais bem compreendida por dois conceitos básicos trabalhados por North: *path dependence* e *lock-in*. Segundo North (1995, p.124), as economias são caracterizadas por serem formadas por mercados imperfeitos, dados às dificuldades de se compreender um ambiente complexo, e por serem dinâmicas. Também, as instituições caracterizam-se por apresentar retornos crescentes. Isso significa que uma vez escolhido um caminho, há a atuação dos mecanismos auto-reforçantes (*a lá* Brian Arthur) que fazem com que a matriz institucional fique *locked in* e seja *path dependence*. Assim, **ainda que as instituições existentes não sejam as mais eficientes para provocar desenvolvimento econômico, se existem retornos institucionais crescentes, a tendência é que elas tenham continuidade**. Neste sentido, poderá haver mudanças institucionais, mas somente a partir dos arranjos já constituídos, persistindo ao longo dos tempos a estagnação. Uma vez criadas as instituições, os mecanismos auto-reforçantes fazem com que as economias fiquem *locked in* em determinadas estruturas institucionais, mesmo que essas reforcem atividades improdutivas, impedindo o desenvolvimento de atividades produtivas que melhorem o seu desempenho.

Isto se deve porque às vezes se torna extremamente difícil modificar hábitos e interesses técnicos, financeiros, gerenciais, cognitivos etc. Assim, as instituições são dependentes de suas trajetórias prévias. O desenvolvimento das instituições apresenta fortes relações com suas configurações passadas e com a estrutura material como um todo. Em função disto, são as instituições que, em grande parte, vão conferir certas particularidades aos vários locais (Strachman, 2002).³⁷ Se tais mecanismos auto-reforçantes atuam, a história passada das instituições é importante para a determinação da estrutura institucional presente, e esta por sua vez influenciará a matriz institucional futura. A ligação do passado, com o presente e o futuro é dada pela história e significa que as instituições apresentam características de dependência da trajetória.

³⁷ Isto leva a crer que cada país ou região aprofunde suas características institucionais, a não ser que ocorra uma tentativa deliberada de transformação institucional, a partir, por exemplo, da percepção de perda de competitividade – na atualidade, principalmente econômica, mas também, pelo menos em certos casos, militar, sobretudo antigamente – com relação a países concorrentes, ou de revoluções, guerras ou ocupações por outros países (Strachman, 2002, p.129). Contata-se que isso ocorreu no RS, e essa mudança institucional foi RS na República Velha, através da Guerra de 1893, resultado da mudança de ideologia política.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo (2001). Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento**. UNESP/EDUSP.
- ALONSO, J A F; BANDEIRA, P S (1994). Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.
- ARAÚJO, H J V; FISCHER, L A (1998). Para ler Raymundo Faoro. In: TARGA, L R P (1998). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre. UFRGS/FEE.
- CARDOSO, F. H (1977). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difusão.
- COASE, R. H. (1937). "The Nature of the Firm", **Economica**, Vol. 4, November, pp. 386-405.
- FONSECA, Pedro C. D. (1983). **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- HERRLEIN Jr., Ronaldo (2000). **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional**. Campinas. IE/UNICAMP. (tese de doutorado).
- MONASTÉRIO, Leonardo M. (2002a). **Capital Social e a Região Sul do Rio Grande do Sul**. UFPR. Curitiba. (tese de doutorado).
- NORTH, Douglass (1993). **Desempenho econômico en el transcurso de los años**. Conferência de Douglass C. North em Estocolmo, Suécia, 9 de dezembro de 1993 ao receber o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas. Disponível no site: <http://www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm>.
- NORTH, Douglass (1994). **Custos de transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Instituto Liberal.
- NORTH, Douglass (1995). **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. Mexico. Fondo de Cultura Económica.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1980). **RS: A Economia & O Poder nos Anos 30**. Porto Alegre. Mercado Aberto.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1985). **Historia da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba. Riocell.
- PICCOLO, Helga I (1998a). O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a “gauchização” da política brasileira no pós-1930. In: TARGA, L R P (1998). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre. UFRGS/FEE.
- PICCOLO, Helga I (1998b). O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul. In: Targa, L R P (1998). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre. UFRGS/FEE.
- ROCHE, Jean (1969). **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Globo.
- STRACHMAN, Eduardo (2002). Instituições: uma caracterização crítica. In: **Revista da ANPEC**. Nº 1, janeiro/junho 2002.
- TARGA, L. R. P. (1996a). **Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada**. FEE. Porto Alegre.

TARGA, L. R. P. (1996b). O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. IN: TARGA, L. R. P. (1996). **Gaúchos e Paulistas: dez escritos de historia regional comparada**. FEE. Porto Alegre.

TARGA, L. R. P. (1996c). As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil. IN: TARGA, L. R. P. (1996). **Gaúchos e Paulistas: dez escritos de historia regional comparada**. FEE. Porto Alegre.

TARGA, L. R. P. (1996d). Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. IN: TARGA, L. R. P. (1996). **Gaúchos e Paulistas: dez escritos de historia regional comparada**. FEE. Porto Alegre.

TARGA, L. R. P. (1998). Elites regionais e formas de dominação. In: TARGA, L R P (1998). **Breve inventario de temas do sul**. Porto Alegre. UFRGS/FEE.

TARGA, L. R. P. (2003). **A fundação do estado burguês no Rio Grande do Sul (1891-1913)**.

URBIM, Carlos (2003). **Os farrapos**. Porto Alegre. Zero Hora.

VEBLER, Thorstein. (1965). **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Livraria Pioneira Editora. São Paulo.